

## ANEXO II.1

# MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO DA FROTA





## MANUAL DE ESPECIFICAÇÃO DA FROTA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS

Serão aprovados para os serviços de transporte coletivo somente veículos apropriados e que satisfaçam às especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, Legislação Nacional de Trânsito e pelo PODER CONCEDENTE.

Os veículos utilizados na execução do serviço de transporte coletivo de passageiros podem ser do tipo Microônibus, midiônibus, ônibus Padron ou Articulados.

Os veículos deverão ser adequados, conforme previsto neste EDITAL, em termos de potência, disposição interna (layout) dos assentos e definição de portas, de conformidade ao uso que se destina nas linhas que compõem o **STPP** - Sistema de Transporte Público de Passageiros.

A composição da frota pode ser alterada no decorrer do prazo de contrato, a critério do **ÓRGÃO GESTOR** e de acordo com as necessidades dos serviços prestados. Em todos os casos essas alterações sempre observarão as condições contratuais e a respectiva manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

**Todos os veículos que compõem a frota deverão conter painel frontal digital de itinerário, com painel auxiliar digital dianteiro e lateral, onde conste o nome da linha com identificação numérica, conforme determinações estabelecidas pelo ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA.**

Todos os veículos que compõem a frota deverão estar adequados, em termos de acessibilidade, ao que estabelece o Decreto Federal nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e ao que estiver disposto neste EDITAL, devendo a acessibilidade ser ampla e, portanto, contempladas com elevadores nos veículos urbanos.

Este anexo busca explicitar da maneira mais específica possível as características necessárias para os veículos habilitados a operar no Sistema Integrado de Transportes, tendo assim se baseado primeiramente em normas técnicas atualmente em vigor, e posteriormente no desejo de melhoria contínua do serviço prestado à população. Os dados aqui demonstrados poderão sofrer alterações em forma de lei, sendo o PODER CONCEDENTE responsável por emitir adendos aos anexos, se assim julgar necessário.

### 2. IDADE MÁXIMA E IDADE MÉDIA DA FROTA PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO

A idade máxima permitida para cada tipo de veículo para o início da operação deverá obedecer aos valores estabelecidos na tabela abaixo, ficando garantida a utilização dos coletivos até atingirem a idade máxima de 15 (quinze) anos permitida pela legislação municipal.

<b>Veículo</b>	<b>Idade máxima</b>
Microônibus	10 anos
Midiônibus	10 anos



Ônibus padron	12 anos
Ônibus rodoviário	12 anos
Ônibus articulado	12 anos

A idade média máxima admitida, inicialmente, para a frota do transporte é de 06 (seis) anos, devendo cair para 05 (cinco) anos a partir do sexto ano de concessão.

Para determinação das idades máximas e médias dos veículos será tomado como referência o ano de fabricação das carrocerias.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE anualmente um plano de renovação da frota, contribuindo para alcançar a média de idade pretendida no decorrer do contrato de concessão.

Até o décimo ano da Concessão deverão ser incorporados à frota, mediante aprovação do PODER CONCEDENTE, pelo menos 10 % (dez por cento) de veículos movidos a energia limpa.

### 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

#### 3.1. Especificações Gerais e Acessibilidade

Para os fins deste Edital, adota-se a seguinte classificação para os veículos conforme ABNT NBR 15.570/2009:

Classificação	Capacidade	Comprimento máximo (m)
Microônibus	Entre 10 e 20 passageiros, exclusivamente sentados, incluindo área reservada para acomodação de cadeira de rodas ou cão-guia	7,4
Midiônibus	Mínimo de 40 passageiros, sentados e em pé, incluindo área reservada para acomodação de cadeira de rodas ou cão-guia	11,5
Ônibus Padron	Mínimo de 80 passageiros, sentados e em pé, incluindo área reservada para acomodação de cadeira de rodas ou cão-guia	14,0
Ônibus Articulado	Mínimo de 100 passageiros, sentados e em pé, incluindo área reservada para acomodação de cadeira de rodas ou cão-guia	18,6

Deverá ser observado o disposto neste anexo, referente a demais conformidades necessárias e aplicáveis aos veículos novos e usados.

- **Não serão aceitos veículos que porventura não estejam conformes à legislação, não sendo aplicáveis prazos de adaptação para a frota.**



- Observa-se que na data da inspeção técnica a frota deverá estar rigorosamente de acordo com o descrito no presente anexo e normas técnicas citadas.

### **3.1.1. Serviço CONVENCIONAL E DISTRITAL**

#### **3.1.1.1. Veículo Urbano**

- Veículos novos a serem aplicados no serviço convencional devem estar de acordo com o exposto nas seguintes normas regulamentadoras:

- ABNT NBR 15.570/2011: Transporte — Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros.
- ABNT NBR 14.022/2011: Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.

- Veículos usados a serem aplicados no serviço convencional devem observar o cumprimento da seguinte portaria:

- Portaria INMETRO 260/2007: Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adequação de Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o Transporte Coletivo de Passageiros.
- Portaria INMETRO 153/2009: Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fabricação de Veículos Acessíveis de Características Urbanas para Transporte Coletivo de Passageiros. Também deverá ser observada a Resolução do CONTRAN nº 416/2012, que “Estabelece requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros (ônibus e microônibus) de fabricação nacional e estrangeira”.

### **3.1.2. Serviço DIFERENCIADO (seletivo)**

#### **3.1.2.1 Veículo Rodoviário**

Os veículos novos do serviço diferenciado deverão estar em compatibilidade com as normas de acessibilidade no que for cabível devido a seu projeto técnico de características rodoviárias, devendo observar o cumprimento das seguintes normas:

- Portaria INMETRO 364/2010: Veículos de características rodoviárias que trafegam em vias urbanas, utilizados no serviço seletivo para transporte coletivo de passageiros, deverão atender aos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos de Características Rodoviárias para Transporte Coletivo de Passageiros.

- Res. do CONTRAN nº 416/2012, que “Estabelece requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros (ônibus e microônibus) de fabricação nacional e estrangeira”

- Res. do CONTRAN nº 445/2013, que “Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte público coletivo de passageiros e transporte de passageiros tipos micro-ônibus e ônibus, categoria M3 de fabricação nacional e importado”.

### **3.2. Da disponibilidade de Assentos nos Veículos:**

#### **3.2.1. Serviço CONVENCIONAL e DISTRITAL**

Os assentos deverão ser dispostos dois a dois, em ambos os lados do veículo, montados no sentido de marcha do veículo, sendo o número máximo de lugares de cada veículo o resultado da soma do número de assentos com o número de passageiros em pé.

Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança - SMMAS

Av. Major Carlos Pinto, 660 B – Fone: (53) 3233.7294

Cidade Nova – CEP 96211-020 – Rio Grande – RS

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



**O número máximo de passageiros em pé em um veículo dos serviços convencional e distrital está limitado a 50% (cinquenta por cento) do número de assentos disponíveis.**

Como garantia de segurança e conforto para aqueles usuários que não podem transpor a catraca por incapacidade motora, obesidade ou por estar com criança de colo ou especial, 10% (dez por cento) dos assentos do veículo deverão estar dispostos antes da catraca, ficando garantida a utilização dos validadores da bilhetagem eletrônica e a descida pela porta dianteira do veículo.

Para veículos do tipo articulado, será permitida a disposição de bancos diferentes da forma dois a dois, **sendo o limite de passageiros em pé, deste tipo de veículo, de até 80% (oitenta por cento) dos assentos, dependendo de aprovação do ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA.**

Nos veículos em que for permitido o transporte de passageiros em pé, ficarão reservados em cada unidade, no mínimo 10% (dez por cento) ou pelo menos 04 (quatro) assentos, para gestantes, passageiros com crianças no colo ou especiais, deficientes físicos e idosos, e também assento para pessoas obesas.

### **3.2.2. Serviço DIFERENCIADO (seletivo)**

O serviço diferenciado não permite o transporte de passageiros em pé, sendo considerada sua disponibilidade exatamente igual à quantidade de assentos disponíveis no veículo.

### **3.3. PADRÃO DE PINTURA EXTERNA PARA OS VEÍCULOS**

Caberá a CONCESSIONÁRIA, no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato de concessão, adequar o layout da pintura dos veículos da frota.

O padrão de pintura dos veículos, a ser executado pela CONCESSIONÁRIA, será de acordo com a Identidade Visual prevista neste anexo e será adotada para todos os veículos componentes da frota urbana, podendo, a critério do ÓRGÃO GESTOR, por decisão justificada, serem adotadas outras cores e padrões de simbologia.

A frota de veículos destinada ao serviço diferenciado e distrital poderá ter característica visual própria, definidas pelo ÓRGÃO GESTOR.

### **3.4. Adesivos Internos**

A CONCESSIONÁRIA deverá fixar cartaz, pintura ou adesivo com os números telefônicos do Serviço de Atendimento ao Usuário do ÓRGÃO GESTOR e da CONCESSIONÁRIA, para reclamações e sugestões, bem como o número máximo da lotação de passageiros sentados e em pé, visível e legível no painel dianteiro interno superior dos veículos que executam o Serviço de Transporte Público de Passageiros do Município do Rio Grande.

### **3.5. Dos Acessórios e Dispositivos de Segurança do Veículo**

O PODER CONCEDENTE poderá aprovar outros equipamentos e/ou inovações tecnológicas destinadas ao uso como acessório ou dispositivo de segurança, conforto dos passageiros, motorista ou cobrador, sistemas alternativos de controle de cobrança e antipoluentes.



#### **4. REGISTROS DOS VEÍCULOS NO PODER CONCEDENTE**

Todos os veículos da frota deverão ser registrados junto ao ÓRGÃO GESTOR, devendo, para tanto, a CONCESSIONÁRIA apresentar requerimento de registro acompanhado de nota fiscal ou documento do veículo, sendo a confirmação do registro precedido de aprovação em vistoria por oficina credenciada pelo município.

#### **5. VISTORIA NOS VEÍCULOS PELO PODER CONCEDENTE**

Os veículos que estiverem em operação serão inspecionados periodicamente pelo ÓRGÃO GESTOR ou através de terceiros por ele credenciados.

As inspeções serão realizadas com a periodicidade prevista na Lei e Decretos para todos os veículos, podendo o ÓRGÃO GESTOR, a qualquer tempo, requisitar uma nova vistoria.

O veículo aprovado na inspeção receberá laudo de vistoria veicular que deverá ser homologado pelo ÓRGÃO GESTOR para que tenha eficácia e poderá, ainda, receber selo com a data de validade da Vistoria, que deverá ser fixado em local determinado pelo ÓRGÃO GESTOR.

#### **6. DA PUBLICIDADE INTERNA E EXTERNA EM VEÍCULOS**

Caberá ao PODER CONCEDENTE, direta ou indiretamente, a exploração e/ou utilização dos espaços internos e externos dos veículos para efeitos publicitários de interesse público, podendo a CONCESSIONÁRIA, mediante aprovação do ÓRGÃO GESTOR, explorar comercialmente os referidos espaços especificamente para custeio da tarifa, assim considerada como receita extra tarifária e sempre em consonância com o determinado pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN referentes à matéria.

Compete ao ÓRGÃO GESTOR o gerenciamento, o controle, fiscalização dos espaços publicitários nos coletivos e também aplicação de sanções disciplinares referentes à exibição de publicidade não autorizada ou de conteúdo inapropriado, ofensivo ou manifestamente ilegal nos veículos do STPP – Sistema de Transporte Público de Passageiros.

#### **7. ESPECIFICAÇÃO DA FROTA PARA SERVIÇO CONVENCIONAL E DISTRITAL**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao ÓRGÃO GESTOR, para efeito de aprovação, o projeto do veículo a ser adquirido em 02 (duas) vias, contendo: plantas, detalhes, vistas e especificações técnicas para prévia apreciação.

O veículo novo para ser admitido no STPP, deverá ser registrado no ÓRGÃO GESTOR conforme item 4 deste Anexo e encaminhado pelo mesmo para vistoria veicular por oficina credenciada que emitirá laudo de vistoria a ser homologado pelo ÓRGÃO GESTOR para que tenha eficácia.

##### **7.1 Exigência de Ar Condicionado nos Veículos**

No transcorrer da concessão o PODER CONCEDENTE poderá exigir da CONCESSIONÁRIA a implementação gradativa de ar condicionado na frota, devendo para tanto, haver a competente revisão tarifária.

##### **7.2 Exigência de Sistema de Gerenciamento por Satélite**

A frota destinada à prestação do STPP – Serviço de Transporte Público de Passageiros deverá possuir sistema de GPS (Gerenciamento por Satélite) em todos os veículos, de forma



a permitir serviço de informação aos usuários via aplicativos e plataformas de comunicação em rede, indicando a localização dos veículos e o tempo de chegada aos pontos de embarque e desembarque, bem como, possa ser monitorado pelo setor de operação da CONCESSIONÁRIA e pela fiscalização do ÓRGÃO GESTOR.

### **7.3 Exigência de Sistema de Vídeo-Monitoramento**

A frota destinada à prestação do Serviço de Transporte Público de Passageiros deverá possuir sistema de Vídeo-Monitoramento visando proporcionar o acompanhamento dos serviços para garantir a segurança dos usuários e colaboradores, acompanhamento da operação e controle de evasão da receita tarifária.

### **7.4 Da Integração dos Sistemas Informatizados**

No prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Concessão as empresas concessionárias deverão apresentar projeto de integração de todos os sistemas informatizados embarcados nos veículos de forma a otimizar a informação existentes e permitindo a fiscalização pelo ÓRGÃO GESTOR e transparência para os usuários.

## **8. ESPECIFICAÇÃO DA FROTA PARA SERVIÇO DIFERENCIADO**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao ÓRGÃO GESTOR, para efeito de aprovação, o projeto do veículo a ser adquirido em 02 (duas) vias, contendo: plantas, detalhes, vistas e especificações técnicas para prévia apreciação.

O veículo novo para ser admitido no STPP, deverá ser registrado no ÓRGÃO GESTOR e encaminhado pelo mesmo para vistoria veicular por oficina credenciada que emitirá laudo de vistoria a ser homologado pelo ÓRGÃO GESTOR para que tenha eficácia.

Os veículos para o serviço diferenciado deverão observar as especificações definidas pelo PODER CONCEDENTE quanto à qualidade pretendida do serviço, a destacar:

- Ar condicionado;
- Porta pacotes tipo rodoviário;
- Poltronas de padrão serviço fretamento/rodoviário com regulagem.

### **8.1 Exigência de Ar Condicionado nos Veículos**

O total da frota cadastrada para o serviço diferenciado de transporte coletivo de passageiros deverá ofertar ar condicionado.

- A taxa de renovação mínima do ar por pessoa/hora deve ser de 8 metros cúbicos, sendo a medida recomendada de 13 metros cúbicos por hora, conforme NBR 6401/1980;
- Os veículos destinados ao serviço diferenciado deverão possuir **laudo de análise microbiológica da qualidade do ar**, bem como a CONCESSIONÁRIA deverá possuir processos de higienização, limpeza, desinfecção e controle da qualidade do ar. Os veículos serão proibidos de operar, mesmo que novos, sem o citado laudo.

### **8.2 Exigência de Sistema de Gerenciamento por Satélite**

A frota destinada à prestação do serviço diferenciado de transporte coletivo de passageiros deverá possuir sistema de GPS (Gerenciamento por Satélite) em todos os veículos de forma a permitir serviço de informação aos usuários via aplicativos e plataformas de comunicação em rede, indicando a localização dos veículos e o tempo de chegada aos pontos de embarque e desembarque bem como, possa ser monitorado pelo setor de operação da CONCESSIONÁRIA e pela fiscalização do ÓRGÃO GESTOR.

### **8.3 Exigência de Sistema de Vídeo-Monitoramento**



A frota destinada à prestação do serviço diferenciado de transporte coletivo de passageiros deverá possuir sistema de Vídeo-Monitoramento visando proporcionar o acompanhamento dos serviços para garantir a segurança dos usuários e colaboradores, acompanhamento da operação e controle de evasão da receita tarifária.

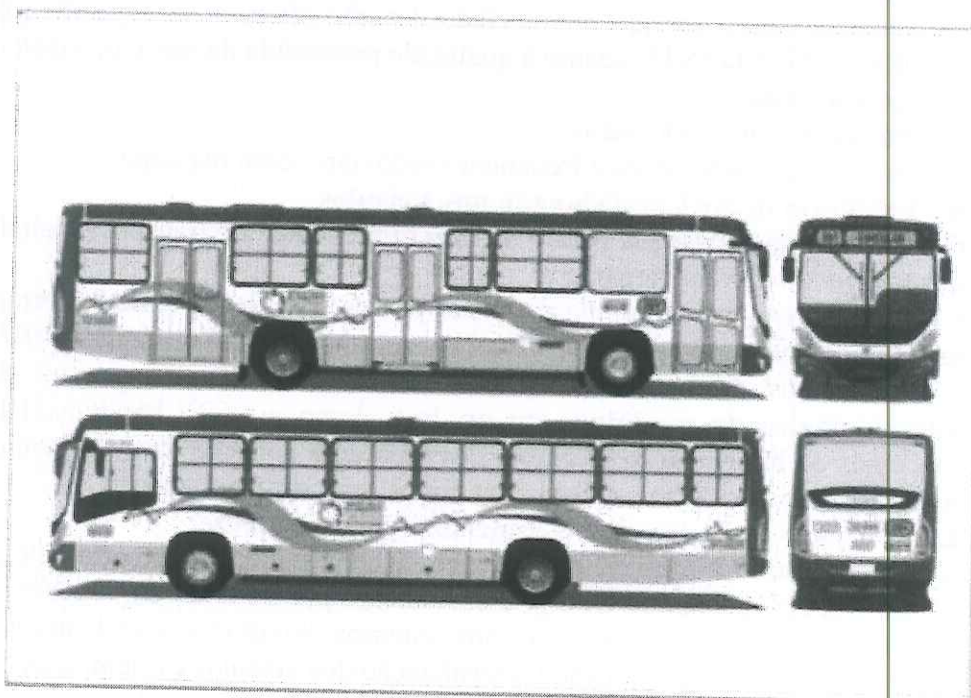
### 9. APRESENTAÇÃO VISUAL DA FROTA

O objetivo da proposta de apresentação visual da frota é gerar identidade. Para isso, uma série de elementos estético-formais foi aplicada à construção estética da proposta, tendo como resultado um projeto que contribui com a concepção de uma cidade visualmente limpa, pois as formas e cores utilizadas constituem um layout que, apesar de comunicar todas as informações propostas, não possui excessos em sua organização visual.

O tom de azul escolhido expressa sobriedade e segurança. Sua nuance gera reconhecimento e difere das atuais propostas gerando impacto no momento da mudança.

Por questões de contraste de cores e leitura em grandes distâncias, o brasão da Prefeitura do Rio Grande apresenta-se nas suas versões positiva e negativa conforme a cor do fundo ao qual é sobreposto.

As linhas orgânicas presentes nas laterais, em azul, laranja, verde e vermelho, bem como o quadro amarelo presente na base da carroceria são aspectos que semanticamente comunicam a mobilidade, o dinamismo urbano e facilitam a visualização lateral diurna e noturna.



### 10. OBSERVAÇÕES GERAIS

Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança - SMMAS  
Av. Major Carlos Pinto, 660 B – Fone: (53) 3233.7294  
Cidade Nova – CEP 96211-020 – Rio Grande – RS  
*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança - SMMAS**



A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao ÓRGÃO GESTOR, para análise e efeito de aprovação, o projeto de veículo a ser adquirido em 02 (duas) vias, contendo: plantas, detalhes, vistas e especificações técnicas para prévia apreciação. O veículo “novo” somente poderá ser incluído após a aprovação dos desenhos técnicos apresentados. Os veículos serão inspecionados após sua produção e quaisquer não conformidades deverão ser corrigidas antes da incorporação de frota.

Em qualquer tempo, é reservado ao ÓRGÃO GESTOR o direito de revogar ou alterar qualquer item do presente Anexo. Em caso de eventual alteração, o mesmo encaminhará a substituição do item alterado.

Os casos omissos serão analisados e resolvidos pelo ÓRGÃO GESTOR.







UNITED STATES OF AMERICA  
DEPARTMENT OF AGRICULTURE  
BUREAU OF AGRICULTURAL ECONOMICS

For the purpose of this report, the term "agricultural  
products" is defined as those products which are  
produced by the agricultural sector of the economy.  
This includes crops and livestock products, but  
excludes products of the fishing and mining  
industries. The term "agricultural products" is  
used in this report to refer to the total  
output of the agricultural sector of the economy.  
The data in this report are based on the  
annual reports of the Bureau of Agricultural  
Economics, which are published annually.